



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO
INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO
NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 -21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

Violência Obstétrica: A ética e a humanização na percepção do cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher violentada.

Obstetric Violence: Ethics in the perception of nursing care from the perspective of the abused woman.

SANTOS, Kamilly Bheatriz Monteiro dos¹; BRITO, Sterfanny Sayonara Marques de²; FERREIRA, Isadora Jordana Oliveira³; COSTA, Dayane Soares da⁴; SÁ, Geraldo Mateus de⁵.

Universidade do Estado do Pará, kamilly.santos@aluno.uepa.br¹; Universidade do Estado do Pará, sterfanny.brito@aluno.uepa.br², Universidade do Estado do Pará, Isadora.ferreira@aluno.uepa.br³; Universidade do Estado do Pará, dayane.costa@aluno.uepa.br⁴; Universidade do Estado do Pará, geraldomateusdesa@hotmail.com⁵.

Resumo

A violência obstétrica ainda se configura como um impasse de saúde pública e ética, impactando a experiência da mulher durante o ciclo gestacional-puerperal. Este estudo teve como objetivo analisar a violência obstétrica sob a perspectiva ética no cuidado de enfermagem, considerando a ótica da mulher violentada. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, baseada na seleção de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos em bases como SciELO e PubMed. Os achados analisados evidenciaram que práticas desumanas, falhas na comunicação e o desrespeito à autonomia da mulher são frequentes na assistência nessas situações, refletindo fragilidades na atuação ética dos profissionais. Observou-se, também, a necessidade de fortalecimento das práticas humanizadas e da formação profissional voltada para o respeito aos direitos da mulher. Conclui-se que a atuação ética da enfermagem é essencial para prevenir a violência obstétrica e promover uma assistência segura, respeitosa e centrada na gestante ou parturiente.

Palavras chave: Violência obstétrica, ética em enfermagem, humanização da assistência, gestantes.



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO
NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 -21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

Abstract

Obstetric violence remains a public health and ethical impasse, impacting women's experiences throughout the gestational–puerperal cycle. This study aimed to analyze obstetric violence from an ethical perspective in nursing care, considering the viewpoint of women who have experienced such violence. This is a narrative literature review based on the selection of scientific articles published in the last five years in databases such as SciELO and PubMed. The findings revealed that inhumane practices, communication failures, and disrespect for women's autonomy are frequent in care settings, reflecting weaknesses in the ethical performance of healthcare professionals. It was also observed that there is a need to strengthen humanized practices and professional training focused on respecting women's rights. It is concluded that ethical nursing practice is essential to prevent obstetric violence and to promote safe, respectful, and woman-centered care during pregnancy and childbirth.

Key words: Obstetric violence, ethics, nursing, humanization of assistance, pregnant people.

Introdução

A violência obstétrica é definida como um cuidado impróprio ou desrespeitoso imposto por profissionais da área da saúde às mulheres no período que abrange a gestação, o parto e o puerpério, incluindo práticas como violência verbal, falta de informação e ausência de consentimento da paciente sobre os procedimentos médicos, por vezes motivada por preconceito racial ou étnico (Melet; Feldman; Padoa, 2022).

Embora haja melhorias nas políticas públicas que têm por objetivo a humanização do parto, essa questão continua a ser analisada pelos serviços de saúde, constituindo-se como um importante desafio para a saúde pública. Diante desse contexto, uma abordagem qualitativa, do tipo revisão narrativa da literatura, com o objetivo principal de analisar a violência obstétrica a partir da perspectiva ética no cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher violentada, é importante para mitigar os impactos negativos que esse tipo de violência pode causar na saúde física e emocional das mulheres (Bohren *et al.*, 2022).

O efeito nas mulheres em relação à violência obstétrica é resultado principalmente de experiências traumáticas de parto, provocando um impacto psicológico duradouro devido a intervenções médicas não consentidas, ofensas verbais e negligência, que perturbam o senso de autonomia e de segurança da mulher, levando a sensações de fraqueza e de medo, ocasionando eventos que alteram a crença de que o mundo seja um lugar seguro (Mert-Karadas *et al.*, 2025).

Os estudos analisados revelam um conflito entre a aceitação e a rejeição da violência obstétrica pelos profissionais da saúde. Há alguns relatos que validam práticas com base na perspectiva biomédica, enquanto outros revelam incômodo e incoerências perante os comportamentos observados como violentos, mesmo que considerados comuns no ambiente clínico. Além disso, aspectos relacionados à hierarquia médica e a falta de informações sobre



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 - 21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

direitos reprodutivos afetam essas percepções de maneira significativa (Guzmán-Guevara; Manjarres-Posada; Vega-Fregoso, 2026).

Trata-se de uma forma ampla de abuso institucional que infringe os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres durante o parto. Embora o consentimento informado seja um direito ético, legal e humano essencial, que requer informação adequada e contribuição ativa, frequentemente está ausente ou é inadequado, mesmo em situações de atendimento obstétrico sem urgência (Hernández-Martínez *et al.*, 2026).

Diante desse cenário, torna-se evidente a existência de lacunas entre o que é preconizado pelas diretrizes de humanização e o que é efetivamente vivenciado pelas mulheres na assistência obstétrica. Aspectos como a hierarquização das relações profissionais, a insuficiência de informação sobre direitos reprodutivos e falhas na comunicação contribuem para a manutenção dessas práticas. Nesse sentido, embora a capacitação profissional e a promoção de uma assistência humanizada sejam apontadas como estratégias relevantes para a redução da violência obstétrica (Yalley *et al.*, 2024), ainda há necessidade de aprofundar a compreensão sobre como esses elementos se articulam na prática.

Portanto, este estudo tem por objetivo analisar a violência obstétrica sob a perspectiva ética no cuidado de enfermagem, considerando a experiência das mulheres, as práticas de enfermagem, os fatores que contribuem para sua ocorrência e as estratégias de humanização do parto.

Experiência e percepção da mulher sobre a violência obstétrica

A violência obstétrica constitui uma violação dos direitos das mulheres no contexto da assistência, da gestação até o momento do parto, manifestando-se por meio de práticas que cerceiam a autonomia, a dignidade e a integridade física e emocional da gestante e da parturiente. Nesse sentido, segundo Nascimento *et al.* (2025), o fenômeno é visto como uma forma de “coisificação” da mulher, na qual lhe é retirada a sua condição de sujeito, tornando-a um objeto, no qual se institui uma relação de poder e de opressão. Essa relação reafirma as representações enraizadas da autoridade médica, a qual silencia a mulher e contribui para a perpetuação dessa situação.

Na mesma linha de pensamento, Paiz *et al.* (2024) descrevem que a experiência das mulheres durante o parto, em inúmeras situações, caracteriza-se por uma linha tênue entre o cuidado e a violência, na qual muitas ações naturalizadas nos serviços de saúde, como as intervenções sem consentimento ou a ausência de comunicação eficaz entre os pacientes e os profissionais envolvidos na parturição, são julgadas pelas mulheres como desconfortáveis e traumáticas, ainda que não se configurem claramente como violência obstétrica. Há também condutas que são vistas como normais pelas mulheres, mas condenadas pela comunidade científica e pelos órgãos regulamentadores. Essa dissociação revela a necessidade de ampliar o debate e a conscientização sobre o tema.

Essa visão apresentada por Paiz *et al.* (2024) é ampliada por Santos *et al.* (2023), ao demonstrar que o reconhecimento da violência obstétrica, sob o olhar da mulher violentada, pode estar diretamente relacionado ao acesso às informações de boas práticas e ao nível de



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 - 21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

escolaridade destas. Mulheres mais informadas tendem a identificar com maior clareza as situações de abuso ou de negligência, enquanto as que vivenciam contextos de maior vulnerabilidade social apresentam dificuldades em reconhecer e em denunciar essas experiências, tendendo a naturalizá-las.

Nessa perspectiva, a literatura evidencia que fatores como raça/cor, classe social e escolaridade agravam significativamente a vulnerabilidade das mulheres à violência obstétrica. De acordo com Santos *et al.* (2020), mulheres negras são mais expostas a práticas de negligência, discriminação e desumanização durante todo o processo gestacional, refletindo a influência do racismo estrutural nas instituições de saúde.

Santos *et al.* (2020) ainda acrescenta que mulheres em situação de maior vulnerabilidade social e com menor nível de escolaridade tendem a possuir menos acesso à informação sobre seus direitos e sobre as boas práticas obstétricas, o que contribui para a naturalização de condutas violentas e abusivas durante a assistência. Dessa forma, percebe-se que a violência obstétrica não ocorre de maneira homogênea, sendo acentuada pelas desigualdades raciais, sociais e educacionais presentes na sociedade brasileira.

Diante de tais fatos, vê-se a importância de repensar as práticas de assistência ao parto por meio da humanização e do respeito aos direitos das mulheres. Conforme Paiz *et al.* (2024), a implementação de políticas públicas e de estratégias educativas que promovam o cuidado centrado na mulher, valorizando sua experiência e percepção, é uma forma eficaz de reduzir esse problema. O enfrentamento da violência obstétrica exige não apenas mudanças institucionais, mas também uma transformação cultural que reconheça a mulher como sujeito ativo no processo de parturição.

Práticas de enfermagem e fatores que contribuem para a violência obstétrica

A violência obstétrica configura-se como um problema relevante no âmbito da assistência à saúde da mulher, especialmente durante o ciclo gravídico-puerperal. Tal fenômeno está relacionado não apenas às condições estruturais dos serviços de saúde, mas também às práticas adotadas pelos profissionais, dentre os quais os de enfermagem, cuja atuação possui papel central nesse contexto.

Nesse cenário, observa-se que determinadas condutas profissionais podem contribuir para a ocorrência da violência obstétrica, sendo estas frequentemente marcadas por negligência, desrespeito ou imposição de decisões durante o cuidado prestado à mulher. Oliveira e Cruz (2025) evidenciam que tais práticas, presentes no pré-natal, no parto e no puerpério, desconsideram as necessidades e as singularidades da parturiente, resultando em experiências negativas e, muitas vezes, traumáticas.

Além disso, a forma como o cuidado é conduzido pode reforçar esse processo, especialmente quando se estabelece uma relação assimétrica entre o profissional e a paciente, caracterizada pela ausência de diálogo, pela limitação da autonomia feminina e pela medicalização



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 -21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

excessiva dos processos naturais do corpo da mulher. Nessa perspectiva, Oliveira e Cruz (2025) apontam que a apropriação do corpo e das decisões da parturiente pelos profissionais de saúde contribui para a desumanização da assistência e favorece a ocorrência de práticas violentas.

Soma-se a isso à insuficiência de informações e de orientações oferecidas às gestantes, fator que compromete sua capacidade de reconhecer as situações de violação de direitos e de participar ativamente das decisões relacionadas ao seu próprio cuidado. Silva *et al.* (2025) destacam que a fragilidade na comunicação entre os profissionais e as pacientes configura-se como um elemento que potencializa a vulnerabilidade da mulher nesse processo.

Por outro lado, destaca-se que a enfermagem desempenha um papel fundamental na prevenção da violência obstétrica, sobretudo em virtude de sua proximidade com a mulher ao longo de todo o período gestacional. Nessa direção, Oliveira e Cruz (2025) ressaltam que a adoção de práticas pautadas na humanização do cuidado, no acolhimento, na escuta qualificada e no respeito à autonomia da parturiente constitui uma estratégia essencial para a construção de uma assistência ética, segura e centrada nas necessidades da mulher.

Humanização do parto e estratégias para prevenir a violência obstétrica

O conceito de humanização na saúde tem sido cada vez mais ampliado na literatura, deixando de se restringir a uma abordagem técnica para inserir uma perspectiva integral do cuidado. Nesse sentido, Vaz, Lima e Barbosa (2024) compreendem a humanização como um processo que ultrapassa as dimensões anatômicas e patológicas, englobando aspectos emocionais, mentais e sociais da paciente. Essa concepção dialoga com abordagens mais contemporâneas, as quais buscam dar expressividade aos valores e histórias do indivíduo, permitindo que sua autonomia ganhe espaço e seja valorizada dentro do seu processo de cura e de autoconhecimento.

No campo obstétrico, a ampliação desse conceito ganha ainda mais relevância. Reis *et al.* (2025) destacam que a humanização no parto envolve não apenas o respeito à mulher, mas também sua participação ativa nas decisões, incluindo a escolha de condutas, a importância da presença de acompanhantes e a redução de intervenções desnecessárias. Ao mesmo tempo, esses autores visam enfatizar a necessidade de uma assistência qualificada e sensibilizada, o que aponta que a humanização não depende exclusivamente da postura individual do profissional, mas também de uma estrutura organizacional que favoreça práticas mais respeitosas e acolhedoras.

Entretanto, infelizmente, nem sempre essa perspectiva é efetivamente aplicada na prática assistencial. Ribeiro, Moraes e Silveira (2024) evidenciam que a ausência de uma abordagem humanizada, tanto durante a gestação (pré-natal) quanto no momento do parto, favorece a ocorrência da violência obstétrica, manifestada por meio de práticas abusivas, falhas na comunicação e perda da autonomia da mulher. Essa relação mostra uma contradição acentuada: embora a humanização seja amplamente defendida no campo teórico, sua implementação ainda encontra barreiras no cotidiano dos serviços de saúde.



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 -21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

Corroborando essa análise, Bomfim *et al.* (2022) defendem a humanização como um dos principais fatores de enfrentamento da violência obstétrica, ao promover o respeito às escolhas da mulher e a adoção de uma escuta qualificada. Ao relacionar esses achados com os estudos anteriores, observa-se que a humanização não se compreende apenas como estratégia de prevenção, mas também como um indicador da qualidade ética da assistência prestada.

Diante desse cenário, destaca-se o papel do profissional de enfermagem como elemento central na consolidação de práticas humanizadas. Para além da execução de procedimentos técnicos, a enfermagem é responsável pela construção de vínculo, pela oferta de informações claras, norteando a gestante sobre as possibilidades disponíveis, e pela mediação da comunicação entre equipe e paciente. Assim, mais do que uma atribuição assistencial, a humanização configura-se como um compromisso ético, essencial para garantir uma experiência segura, respeitosa e livre de violências no contexto obstétrico.

A ética dentro do contexto da violência obstétrica

A violência obstétrica atinge vários campos de forma negativa, ou seja, ultrapassa os danos físicos e afeta profundamente o bem-estar psicológico e moral das mulheres. Isso ocorre, de acordo com Schramm e Kottow (2021), como resultado da omissão de informações sobre o processo de parto e da falta de consentimento, juntamente com a pressão para aceitar as intervenções médicas que prejudicam a autonomia das mulheres em situações críticas. Tais práticas não levam em consideração a vontade da paciente ou o seu direito de optar por um parto menos invasivo, esquecendo que a autonomia é um dos princípios da bioética.

Ao dialogar com essa abordagem, Leitão *et al.* (2025) afirma ser inquestionável a necessidade de uma assistência médica de qualidade, capaz de mitigar a violência e os danos, e que não oculte ou normalize a violência obstétrica, pois o apoio integral no decorrer do trabalho de parto melhora a experiência e o desempenho de mulheres e de bebês no período que pós-parto. Logo, analisa-se que tal estratégia consiste na capacitação de profissionais para orientar as mulheres de forma humanizada, deixando-as cientes de seus direitos e da autonomia de suas escolhas.

A falta de profissionalismo resulta na violência obstétrica também por via psicológica, quando a ação verbal causa na mulher um sentimento de vulnerabilidade, abandono, medo, desconforto e insegurança. Esses sentimentos são desencadeados por mentiras, piadas grosseiras e alienação por parte da equipe obstétrica (Melo *et al.*, 2022, p. 12,13).

Além disso, sob o ponto de vista ético, Martín-Badia, Obregón-Gutiérrez e Goberna-Tricas (2021) acrescentam que as mulheres têm experiências ruins durante o parto, o que leva à compreensão de que, na assistência obstétrica, nem tudo é feito da maneira correta. Os profissionais devem tomar consciência de que nem sempre agem de forma adequada e buscar mitigar o problema. Ademais, o fato de as mulheres não serem vistas como seres biopsicossociais afeta a dignidade e, em última instância, seu bem-estar, principalmente quando não têm plena consciência de seus direitos e sua capacidade de tomada de decisão não é considerada.



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 - 21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

Considerações finais

Conclui-se, dadas as discussões aqui analisadas, que a violência obstétrica permanece como um problema recorrente na assistência à saúde da mulher, estando associada à desumanização do cuidado, às falhas na comunicação e ao desrespeito à autonomia feminina. Práticas abusivas — tanto físicas quanto psicológicas — ainda são naturalizadas no contexto obstétrico, manifestando-se por meio de intervenções não consentidas, condutas verbais inadequadas e omissão de informações.

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas à humanização do parto, persistem lacunas que reafirmam a insuficiência de informações sobre o assunto, a limitação da autonomia feminina e as dificuldades na implementação de práticas humanizadas, indicando a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a aplicação desses princípios no cotidiano assistencial.

Diante disso, torna-se fundamental repensar a assistência ao parto a partir de uma perspectiva ética e humanizada, que reconheça a mulher como sujeito ativo no processo de parturição. Destaca-se o papel do profissional de enfermagem na promoção de um cuidado respeitoso, por meio da construção de vínculo, da oferta de informações claras e da mediação da comunicação. Portanto, o enfrentamento da violência obstétrica exige não apenas qualificação técnica, mas também uma transformação ética e cultural, sendo a humanização um elemento essencial para garantir a dignidade, a autonomia e o bem-estar das mulheres.

Agradecimentos e apoios

Agradecemos ao Prof Dr. Geraldo Mateus de Sá pela dedicada orientação e grande incentivo à participação das atividades acadêmicas. Ressaltamos também o nosso reconhecimento ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas da Educação e Saúde na Amazônia (GEPEA/UEPA), cujas ideias e discussões levantadas foram ímpares para o desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas.

Referências

BOHREN, M. A *et al.* *The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: a mixed-methods systematic review.* **PLOS Medicine**, v. 12, n. 6, e1001847, 2022. DOI: [10.1016/j.midw.2021.103212](https://doi.org/10.1016/j.midw.2021.103212). Acesso em: 20 abr. 2026.

BOMFIM, V. V. B. da S. *et al.* A humanização do parto como ferramenta no combate à violência obstétrica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, e420111638571, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38571>. Acesso em: 10 mar. 2026.

GUZMÁN-GUEVARA, F. M.; MANJARRES-POSADA, N. I.; VEGA-FREGOSO, G. *Obstetric violence from the perspective of healthcare personnel: a qualitative systematic review.* **Frontiers in Global Women's Health**, v. 7, 2026. DOI: [10.3389/fgwh.2026.1773729](https://doi.org/10.3389/fgwh.2026.1773729) Acesso em: 21 abr. 2026.



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO
INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO
NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 -21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

HERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, A. *et al.* *Narratives of obstetric violence: conceptions of power, bodily integrity and childbirth in Greek women's stories.* **Sage Journals**, 2025. Disponível em: DOI: [10.1177/09697330261418159](https://doi.org/10.1177/09697330261418159). Acesso em: 20 abr. 2026.

LEITÃO, K. R. S. *et al.* Representações sociais de puérperas sobre violência obstétrica nos cenários do parto e do nascimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, e08662024, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025308.08662024>. Acesso em: 16 abr. 2026.

MAGALHÃES, G.R.M. *et al.* A percepção das mulheres e o impacto da institucionalização do parto na violência obstétrica: revisão de literatura. **Zenodo**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8007830>. Acesso: 15 abr. 2026

MARTÍN-BADIA, J.; OBREGÓN-GUTIÉRREZ, N.; GOBERNATRICES, J. *Obstetric violence as an infringement on basic bioethical principles: reflections inspired by focus groups with midwives.* **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/23/12553>. Acesso em: 17 abr. 2026.

MELET, S. G.; Feldman, N.; Padoa, A. *Obstetric violence – since when and where to: implications and preventive strategies.* **Harefuah**, v. 161, n. 9, p. 556–561, set. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36168158/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MELO, B. L. P. L. *et al.* Violência obstétrica à luz da Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 13, n. 1, e1536, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15649/cuidarte>. 1536. Acesso em: 16 abr. 2026.

MERT-KARADAS, M. *et al.* *Effect of obstetric violence on traumatic childbirth perception among Turkish women: a cross-sectional study.* **Violence Against Women**, 2025. DOI: [10.1177/10778012251409162](https://doi.org/10.1177/10778012251409162). Acesso em: 21 abr. 2026.

NASCIMENTO, E. M. *et al.* A violência obstétrica como coisificação da mulher: um estudo de representações sociais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/74359>. Acesso em: 16 mar. 2026.

OLIVEIRA, M. A. T. D.; CRUZ, A. C. N. O papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 7, n. 6, p. 375–381, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n6p375-381. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5885>. Acesso em: 16 mar. 2026.

PAIZ, J. C. *et al.* Violência obstétrica: entre a percepção das mulheres e as práticas de assistência ao parto. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, [s. l.], v. 19, n. 46, p. 3852, 2024. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc19\(46\)3852](https://doi.org/10.5712/rbmfc19(46)3852). Acesso em: 16 mar. 2026.

PASCOAL, K. C. F. *et al.* Violência obstétrica na percepção de puérperas. **Nursing**, São Paulo, v. 23, n. 265, p. 4221–4232, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i265p4221-4232>. Acesso em: 15 abr. 2026.

REIS, A. R. A. dos *et al.* Enfermagem e violência obstétrica no Brasil: desafios e práticas no cuidado humanizado à mulher. **Revista FT**, Ciências da Saúde, v. 29, n. 151, out. 2025. Disponível em: <https://revistافت.com.br/enfermagem-e-violencia-obstetricia-no-brasil-desafios-e-praticas-no-cuidado-humanizado-a-mulher/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

RIBEIRO, L. S.; MORAES, P. M. de O.; SILVEIRA, C. C. S. M. da. O plano de parto como estratégia de prevenção da violência obstétrica na ótica dos profissionais de saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 10, e18194, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e18194.2024>. Acesso em: 10 mar. 2026.



VII CONGRESSO INTERDISCIPLINAR SAÚDE EDUCAÇÃO

INOVAÇÃO, AMBIENTE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

19 - 20 -21 de maio 2026 - ISSN 2358-2995

SANTOS, V. C.; *et al.* Violência obstétrica na perspectiva de raça/cor: uma revisão integrativa. **Revista Paulista de Enfermagem**, v. 31, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.33159/25959484.repen.2020v31a8>. Acesso em: 10 maio 2026.

SCHRAMM, F. R.; KOTTOW, M. Bioética da proteção: princípios, alcances e conversações. **Revista Bioética**, Brasília, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/8RKRTcR7MFRjp5NsF4LDSRb/?lang=pt> Acesso em: 16 abr. 2026.

SILVA, E. B. A. *et al.* Prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa sobre o papel da assistência de enfermagem. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 25, 2025. DOI: 10.25248/REAS.e19276.2025. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e19276.2025>. Acesso em: 16 mar. 2026.

VAZ, A. de S. C.; LIMA, J. F.; BARBOSA, J. de S. P. O Impacto da humanização da assistência de enfermagem no processo de cuidado assistencial. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151539, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1539. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1539>. Acesso em: 19 abr. 2026.